

ESPAÇO ABERTO

ESTADO DE SÃO PAULO

A dívida

externa revisitada

CÉSAR MAIA



O Brasil praticamente interrompeu o pagamento da dívida externa há oito meses. A Argentina já o fez há quase dois anos. Nem por isso seus problemas internos diminuíram. Claro que seria ingênuo concluir, ao contrário, que simplesmente se deva pagar a dívida externa de forma contratual pactuada. Porém, pode-se perfeitamente concluir que deixar olimpicamente de pagar também não é solução.

Acreditamos que contribua para o entendimento do problema a questão do Tratado de Versalhes. O tema tem sido usado com freqüência e o processo eleitoral foi exemplo, para tentar demonstrar a correlação entre a exigência sobre uma dívida externa impagável e a desestabilização econômica. Como se sabe, após a I Guerra Mundial foi assinado o armistício, o Tratado de Versalhes, o qual, entre outras condições, criava uma dívida de indenizações de guerra para a Alemanha que exigiria uma transferência anual em divisas, para o Exterior, superior a 5% do PIB alemão.

Uma leitura rápida e uma conclusão superficial procuraram relacionar tal fato com a desestabilização alemã dos anos 20. Neste sentido, o esforço realizado pela Alemanha para transferir mais que 5% de seu PIB, por ano, para o Exterior, teria criado as condições para a hiperinflação.

No entanto, uma análise mais atenta (veja, por exemplo, Turroni) nos mostra que, através de atrasos e inadimplências, no conjunto a Alemanha terminou transferindo menos da metade do exigido.

Na verdade, o fato relevante não foi o valor transferido, que se, inclusive, tivesse sido menor não alteraria substancialmente a equação. O fato relevante, em nosso entendimento, foi o não equaciona do problema. A incapacidade de a Alemanha honrar da forma imposta aqueles compromissos, gerou dois tipos de efeito: por um lado, via atrasos e inadimplências, a dívida exigida nas condições impostas não foi paga; por outro, o problema ficou pendente e foi sendo politizado, até que viesse como a espada de Damocles, sob o povo Alemão.

É urgente definir as restrições e retomar as negociações

É este segundo aspecto que entendemos relevante.

Analisando do ponto de vista estritamente econômico seria coisa muito diferente a Alemanha pagar 2% do PIB por ano, através do recurso a atrasos e suspensões, do que pagar 2% do PIB por ano por meio de uma negociação que compatibilizasse o exigível com a capacidade de pagamento do devedor.

A primeira situação torna precárias as relações econômicas com o exterior, recortando prazos e expandindo garantias. Além disso, constrói um instrumento político transferidor de responsabilidades, politizando permanentemente o debate sobre questão. De certa maneira, a solução do problema enfraquece internamente seu uso político, ao desmontar a imagem do inimigo comum.

A segunda situação, à inversa, transforma uma variável imprevisível em constante e relança o debate acerca do que fazer econômico para outros pontos pelo menos tão relevantes quanto os encargos da dívida externa.

De forma nenhuma queremos restar importância política ao Tratado de Versalhes nem tampouco comparar, em qual, situações tão diferentes. Porém, isso sim, chamar a atenção para um argumento falacioso. Além disso, tentar demonstrar que não dá no mesmo renegociar novas condições de pagamento ou impô-las unilateralmente. É possível, até, que alguma decisão unilateral tenha de ser adotada — no entanto e sempre dentro da busca de uma solução permanente e negociada.

O Brasil e a Argentina suspendem, por impossibilidade financeira, o pagamento contratado da dívida externa. É possível, também, que nas condições exigidas nunca este fluxo seja retomado normalmente. Esta não é, porém, uma solução: é uma situação inevitável, mas não deseável. Ela surge como uma solução aparentemente simples, que completa quantitativamente um sistema de equações, mas que não o resolve. A ideia de que a renegociação da dívida externa deixou de ser uma prioridade, já que não tem exigindo desembolso, é uma perigosa armadilha. A suspensão necessária do fluxo não normaliza a questão, esvaziando as atenções, sobrepolitizando o problema e ficando sempre à disposição como uma "boa" desculpa.

É urgente definir as restrições e retomar as negociações.

César Maia é deputado federal (PDT-RJ) e foi secretário da Fazenda do Rio.